

Dívida

ÁREA EXTERNA**Decisão sobre
dívida sai em
três semanas****Rebaixamento de
classificação dos
empréstimos é
pouco provável****PAULO SOTERO**
Correspondente

WASHINGTON — Uma comissão do governo americano encarregada da classificação dos ativos internacionais das instituições financeiras iniciou ontem o ritual que repete quatro vezes por ano para avaliar o risco dos bancos no Brasil e cerca de 20 outros países fortemente endividados. A decisão da comissão será comunicada aos bancos credores dentro de aproximadamente três semanas, por carta. Fontes familiarizadas com o tema indicaram, no entanto, que consideram improvável um rebaixamento da classificação dos empréstimos de longo prazo ao setor público brasileiro (cerca de US\$ 17 bilhões) da categoria "substandard" para a categoria "valor prejudicado". "As decisões do Icerc perderam a relevância a partir do momento em que se adotou uma estratégia que enfatiza a redução da dívida", afirmou um funcionário americano, referindo-se às iniciais do nome da comissão, a Interagency Country Exposure Risk Committee. Os credores usaram a possibilidade da reclassificação nas últimas semanas, sem sucesso, para tentar arrancar um pagamento de juros de Brasília.

Uma eventual reclassificação é tecnicamente possível porque o Brasil suspendeu o pagamento dos juros da dívida a bancos no ano passado. Mas, segundo fontes bem-informadas, o rebaixamento dos ativos brasileiros, que obrigaria os bancos a criar uma reserva específica contra seus empréstimos para o País, não daria solidez ao sistema bancário do país (pois os bancos já estão bem provisionados de reservas) nem melhoraria as chances para a normalização das relações do Brasil com seus credores.

Pelo contrário, ela seria interpretada como um voto de desconfiança de Washington na política econômica do presidente Collor, um passo que o governo Bush não parece prestes a tomar.

Os nove membros do Icerc farão uma recomendação nos próximos dias a respeito de todos os países a seus superiores, que são o secretário do tesouro e os presidentes do Federal Reserve Board (o banco central) e a Federal Deposit Insurance Corporation (que garante os empréstimos bancários). Estes tomarão, por sua vez, a decisão final. O interesse político de Washington e Brasília em evitar a reclassificação neste momento deixa margem a um entendimento entre os dois governos sobre o assunto.